

Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 256PS-060-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4ª andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.
Águas Lindas de Goiás – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A. em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ausência de auditoria dos saldos de abertura em 01 de janeiro de 2023

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (saldo de abertura em 01 de janeiro de 2023), apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

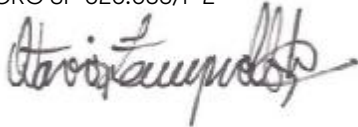
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Octavio Zampirolo Neto
Contador CRC 1SP-289.095/O-3

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023 (Não auditado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	183	122	56
Contas a receber	5	546	-	-
Tributos a recuperar	6	460	322	-
Estoques	-	427	48	-
Total do ativo circulante		1.616	492	56
Ativo não circulante				
Imobilizado	7	28.934	30.087	27.392
Total do ativo não circulante		28.934	30.087	27.392
Total do ativo		30.550	30.579	27.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023 (Não auditado)
Passivo circulante				
Fornecedores	8	469	42	354
Obrigações tributárias	-	39	12	245
Obrigações trabalhistas	9	250	159	-
Total do passivo circulante		758	213	599
Passivo não circulante				
Partes relacionadas	10	885	3.093	-
Total do passivo não circulante		885	3.093	-
Patrimônio líquido				
	11			
Capital social		37.758	32.572	8.397
Adto. p/futuro aumento de capital		-	-	18.997
Prejuízos acumulados		(8.851)	(5.299)	(545)
Total do patrimônio líquido		28.907	27.273	26.849
Total do passivo e patrimônio líquido		30.550	30.579	27.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Demonstrações do resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	13	2.049	-
Custos operacionais	14	(4.974)	(4.355)
Prejuízo do exercício		(2.925)	(4.355)
Despesas operacionais			
Administrativas	15	(672)	(397)
Outros resultados operacionais	-	50	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(3.547)	(4.752)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	-	(5)	(2)
Prejuízo antes dos impostos.	16	(3.552)	(4.754)
Prejuízo do exercício		(3.552)	(4.754)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(3.552)	(4.754)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(3.552)	(4.754)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adto. p/futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)		8.397	18.997	(545)	26.849
Aumento do capital social conf. AGE de 26/05/2023	12.a	24.175	(18.997)	-	5.178
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.754)	(4.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		32.572	-	(5.299)	27.273
Aumento do capital social conf. AGE de 23/09/2024	12.a	5.186	-	-	5.186
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.552)	(3.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		37.758	-	(8.851)	28.907

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central de Gerenciamento Ambiental Baru S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo antes dos impostos		(3.552)	(4.754)
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação	7.b	1.160	30
Prejuízo do exercício - Ajustado		(2.392)	(4.724)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(546)	-
Tributos a recuperar	6	(138)	(322)
Estoque	-	(379)	(47)
Fornecedores	8	427	(313)
Obrigações tributárias	-	27	(232)
Obrigações trabalhistas	9	91	159
Partes relacionadas	10	(2.208)	3.093
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(5.118)	(2.386)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(7)	(2.725)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(7)	(2.725)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	12.a 16	5.186	5.178
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		5.186	5.178
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		61	67
Aumento no caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		122	55
No final do exercício		183	122
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		61	67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, localizado no Estado de Goiás, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. Iniciando suas operações no exercício de 2024, tendo como atividade o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e Lei das Sociedades por Ações.

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e Lei das Sociedades por Ações exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.d e 3.13.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2025.

a.1) Primeira adoção da norma CPC PME

Estas demonstrações contábeis, referente ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 são as primeiras que a Companhia preparou de acordo com as normas CPC PME (adoção inicial em 1 de janeiro de 2023).

Assim, a Companhia preparou demonstrações contábeis que cumprem as normas CPC PME aplicáveis em 31 de dezembro de 2024, juntamente com as informações comparativas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023 e saldo de abertura em 1 de janeiro de 2023, conforme descrito no resumo das políticas contábeis materiais.

A administração avaliou os requisitos da norma CPC PME, incluindo suas isenções, e determinou que nenhum ajuste nos saldos de abertura em 1 de janeiro de 2023 e nem nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foi considerado necessário. Como resultado, tabelas resumidas demonstrando os eventuais impactos da adoção inicial do CPC PME foram suprimidas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real considerando o ambiente econômico no qual a Companhia atua.

c) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: **(i)** o custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e **(iii)** os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **(i)** o montante a ser descontado; **(ii)** as datas de liquidação; e **(iii)** a taxa de desconto. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando os recursos advêm de eventos passados, e que a entidade tenha controle e certeza de que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

3.9. Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.10. Receitas

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado através das medições conforme o serviço é prestado.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.12. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Empresa adota como política do reconhecimento inicial, apenas quando:

- a)** Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b)** É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e
- c)** O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis ou possíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas

O International Accounting Standards Boards (IASB) está realizando uma revisão ampla do IFRS for SMEs Standards, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1).

O draft do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição.

A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	183	122
Total	183	122

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos vincendos	188	-
Saldos vencidos até 180 dias	358	-
Total	546	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. Iniciando suas operações no exercício de 2024, tendo como atividade o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e Cofins a recuperar	460	322
Total	460	322

A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2024, seja realizado no decorrer do exercício de 2025.

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações (i)	5%	29.934	(1.123)	28.811	-
Equipamentos de campo	20%	115	(46)	69	85
Construções em andamento (i)	-	-	-	-	29.934
Outras imobilizações	20%	77	(23)	54	68
Total		30.126	(1.192)	28.934	30.087

(i) Refere-se a conclusão da obra do aterro sanitário para início efetivo das atividades operacionais, que foi concluída em 2024 e transferida de construções em andamento para a rubrica de instalações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2023	Aquisição	Transferências	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Instalações	-	-	29.934	(1.123)	28.811
Equipamentos de campo	85	7	-	(23)	69
Construções em andamento	29.934	-	(29.934)	-	-
Outros	68	-	-	(14)	54
Total	30.087	7	-	(1.160)	28.934

	Saldos em 31/12/2022	Aquisição	Transferências	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de campo	107	-	-	(22)	85
Construções em andamento	27.281	2.653	-	-	29.934
Outros	4	72	-	(8)	68
Total	27.392	2.725	-	(30)	30.087

8. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	469	42
Total	469	42

Refere-se basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia.

9. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	66	44
Provisão de férias e encargos	141	88
Encargos sociais a recolher	43	27
Total	250	159

10. Partes relacionadas**a) Empréstimos a pagar**

Passivo não circulante	% de Participação	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos a pagar			
Vital Engenharia Ambiental S.A. (i)	100,00%	885	3.093
Total		885	3.093

(i) Sobre esta operação incide juros de 20% a.a e não possui data de vencimento.

11. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é composto da seguinte forma:

Empresa	Quantidade de ações	Percentual de participação
Vital Engenharia Ambiental	29.614.848	78,43%
Arca Participações S.A.	8.142.861	21,57%
Total	37.757.709	100%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O capital social em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 37.758, representado por 37.757.709 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 32.572, representado por 32.571.444 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 23 de setembro de 2024 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 5.186 através da emissão de 5.186.265 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito mediante a capitalização do crédito devido pela Companhia à Vital, em decorrência do referido Contrato de Mútuo.

Em 26 de maio de 2023 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 24.174 através da emissão de 24.174.942 (vinte e quatro milhões, cento e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito.

b) Reserva legal e distribuição de dividendos

O Estatuto prevê no caput do artigo nº 26 que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

c) Reserva de retenção lucros

O Estatuto prevê no §2º do artigo nº 26 que, após a constituição da reserva legal e a distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

12. Provisões para demandas judiciais

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quais deveriam estar registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

13. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços	2.395	-
Total de receita bruta	2.395	-
ISS	(120)	-
PIS	(40)	-
Cofins	(186)	-
Total de impostos sobre faturamento	(346)	-
Receita líquida	2.049	-

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. Iniciando suas operações no exercício de 2024, tendo como atividade o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos.

14. Custos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Insumos	(1.039)	(246)
Pessoal	(1.589)	(658)
Locação	(256)	(211)
Serviços de terceiros	(844)	(3.206)
Depreciação	(1.060)	(30)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2024	31/12/2023
Gerais	(186)	(4)
Total	(4.974)	(4.355)

15. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Viagens	(142)	(129)
Indedutíveis	(42)	(30)
Impostos e taxas	(30)	(43)
Conservação	(64)	(10)
Seguros	(191)	-
Gerais	(203)	(185)
Total	(672)	(397)

16. Despesas de IRPJ e CSLL

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.552)	(4.754)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	-	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições	-	-
Compensação de base negativa	-	-
Redução de 75% de IRPJ sobre o lucro da exploração	-	-
Outros	-	-
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Despesa de Contribuição Social	-	-
Despesa de Imposto de Renda	-	-
Total	-	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-	-

i) Para os exercícios encerrados em 2024 e 2023, não haverá detalhamento das adições, exclusões e do saldo final dos exercícios decorrentes de prejuízo fiscal.

Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R\$ 8.234 (R\$ 4.724 em 31.12.2023, sem saldos em 01.01.2023). O potencial de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em 31 de dezembro de 2024 sobre o citado saldo é de R\$ 2.800 (R\$ 1.606 em 2023), sendo que não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

17. Transações que não afetam caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa realizou as seguintes transações que não impactaram caixa.

	2024	2023
Aumento de capital	5.186	-
Total	-	-

18. Gestão de risco financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

iii) Risco de crédito

A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

19. Seguros

Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos.

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito a seguir:

Risco coberto	Vigência	31/12/2024	
		Importâncias seguradas	Prêmios líquidos
Seguro responsabilidade por danos ambientais	31/07/2024 a 31/07/2025	10.000	153
Total		10.000	153

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20. Compliance

Em cumprimento às normas e regulamentações vigentes, a Companhia adotou medidas para garantir conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis.

A Companhia está comprometida com a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Recentemente, coordenamos comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação.

Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis a Companhia atuou fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como:

- políticas e procedimentos internos;
- treinamento e conscientização;
- monitoramento e auditoria;
- gestão de riscos;
- conformidade com regulamentações específicas;
- relatórios e documentação;
- divulgação dos canais de denúncia e ética.

Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro da organização e engajamento dos nossos parceiros de negócios.